

VE SS OR
EZ

2000



+ DEFEZA

DOS

CIDADÃOS

ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE AN-
DRADA MACHADO E SILVA,

E

MARTIN FRANCISCO RIBEIRO
DE ANDRADA.

DE BRASÍLIA
Machado.



RIO DE JANEIRO.

NA TYPOGRAPHIA DA ASTREA

1828.

OLA



INTERROGATORIOS

FEITOS AOS CIDADÃOS ANTONIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA MACHADO E SILVA, E MARTIN FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA.

Perguntou-lhes 'seos nomes, naturalidades, filiações, estados, idades, e condições. Responderão chamar-se hum Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, e outro Martin Francisco Ribeiro de Andrada, ambos naturaes da Villa de Santos, e filhos de Bonifacio Jozé de Andrada, e D. Maria Barbara da Silva, ambos cazados, o primeiro de idade de cincoenta e quatro annos, e o segundo de cincoenta e dous, e vivem de seos bens.

Perguntados pelas suas fallas juntas, pelas quaes dizem as Testemunhas da Devassa, que elles concorrião para huma sedição. Responderão unanimemente que semelhantes fallas não são materias pertencentes a juizo algum do mundo, que como Deputados, que erão, são inviolaveis em tudo quanto fizerão nesta qualidade, e só se assombrão, que houvessem Magistrados, que quizessem tomar conhecimento d'isso, e testemunhas tão estupidas que quizessem tomar as fallas por incendiarias.

Perguntados se escrevião para o Tamoio, onde se encontrão artigos sediciozos. Responderão, que como materia de abuzo da liberdade de Imprensa não perten-

cem ao conhecimento dos Magistrados, mas sim aos Jurados na forma das Leis então, e ainda agora em vigor, nada respondem, mas protestão desde já, que estão promptos a responder perante os Jurados por alguns papeis que escrevessem para os periodicos, e então vencerião, que só a má fé poderá acial-os culpados.

Perguntados que constando da devassa, que á Caça da Assembléa concorrião pessoas armadas para auxiliar as fallas d'elles respondentes, fica entendido, que elles excitarão, e persuadirão essas pessoas para assim obrarem. Responderão que não sabem concorrerão pessoas armadas á Caça da Assembléa, mas que estão persuadidos do contrario, visto que apenas se fallou na sessão de hum punhal achado, que cahio das Galerias: e de que conhecêo a Commissyõ de Policia da mesma Assembléa; mas quer fossem armados, quer não, ja mais constaria que elles respondentes tivessem a menor parte no avançado armamento, e he de admirar que esse povo não entrasse lá á força, ou violentamente, mas sim por consentimento da maioridade da Assembléa, a vista da indicação do Snr. Deputado Alencar, e que da mesma Devassa não conste que houvesse acto algum violento d'esse povo, e apenas dous, ou trez apoiados ás fallas d'elles respondentes, apoiados que derão motivo a que o Presidente João Severiano, hoje Marquez de Queluz, levasse a Sessão sem observar o Regimento que lhe recommendava outros meios antes d'este ultimo, ou pela fraqueza de seu character, ou por systema premeditado de antemão para infamar a Assembléa.

Perguntou-lhes se tinham frequentes associaçoens nocturnas na caça em que morava o corréo Antonio de Menezes Vasconcellos. Responderão que nunca tiveram associaçoens nocturnas algumas na caça de Luiz

de Menezes, em que morava o corréo Antonio de Menezes, aonde nunca forão senão huma única vez em vezita de cerimonia, o que protestão mostrar com o testemunho do mesmo Luiz de Menezes, do Dezembargador Francisco de França e Miranda, e de outras pessoas da caza do mesmo Menezes: e protestão pela confratação da testemunhas da Devassa, que lhes fazem culpa á este respeito; porque he tão palpavel a inveresimelhança d'esses depoimentos, attribuindo comes, e bebes á pessoas de alta gerarquia d'elles respondentes, e hum dos quaes de mais o respondente Martin Francisco se achava gravissimamente enfermo, e mal podia sahir de sua caza para as altas funções de seos empregos.

Instados que parecia, que em suas respostas não adherem a verdade, que consta das testemunhas da Devassa, porque estas affirmão, que as suas intenções erão oppostas a felicidade do Brazil, inimigos dos Portuguezes, e do Ministerio, e athé de Sua Magestade o Imperador. Responderão que quanto disserão, he o que he a verdade pura, e que o que ora se lhes allega, he o que prova o dollo, má fé, e ignorancia das testemunhas, como passão a mostrar: porque das intenções ninguem conhece se não pelos factos, e as testemunhas nem hum apontarão, e os factos que existem d'elles respondentes provão o amor mais refinado ao Brazil, e protestão pelo testemunho de todo o Brasileiro actual, e da historia, que ha de lhes ha de fazer justiça. Que não conhecem Congo que nos rege crime algum de desaffecção desamor a huma parte dos Cidadãos; verbi gratia Brasileiros contra os Brasileiros de adopção, Europeos aqui estabelecidos; mas que por honra de seo caracter, como homens, e como homens de letras desmen-

tem os depoimentos com a sua conducta, que nunca fez differença entre Brasileiros natos, e Brasileiros de adopção, e com o que escrevêo elle Respondente Antonio Carlos em o Tamoio em duas respostas ao Philo-ordinis, ou Philo-Eutaxias: que se á algum Brasileiro de adopção tinham desaffeição era sómente á aquelles, que erão inimigos da Independencia do Brazil; bem como igual desaffeição votava aos Brasileiros natos, que o mesmo desacordo tinham: que quanto á não serem affectos ao Ministerio, he vergonha, que houvesse hum Magistrado, como o Escrivão de Içássa, e Juiz d'ella, que escrevesse, e deixasse escrever semelhante depoimento, que he sabido, que no Regimen Constitucional he livre á qualquer Cidadão o direito de amar, ou aborrecer as medidas Ministeriaes, ou seos Authores, segundo a tendencia, que ellas tem a firmar, ou a abalar o systema que jurarão, que elles Respondentes se honrão da antipathia que tiverão ao Ministerio de então, o qual crerão elles Respondentes, e ainda crem, que sollapava a cauza da Independencia, e liberdade legal do Brazil; que quanto ao que se diz de partido, e desaffeição contra Sua Magestade, só tem a dizer, que se leião os seos actos publicos, e que se escrute a sua conducta particular, e se conhecerá, que erão os melhores amigos de S. M. O Imperador, visto quererem, que o Mesmo Senhor tivesse todo o poder, que as leis lhe davão, e mais, por dahi depender a segurança do Throno: que basta ler o depoimento da singular testemunha, e elle faz culpa á este respeito, para se culpar a sua ignorancia, absurdo, e má fé — Anarchia, e Republica — agentes de partido hum Mestre da Prinha — hum Porto Seguro prezo n'esse tempo — hum João Cabouco, e outras, que sendo de tão infe-

rior classe não podião ser admittidos á correspondencia com elles Respondentes.

Perguntou-lhes se costumavão fazer clubs em sua caza, e na forma que depoem a testemunha Francisco Luiz Seábra, cujo depoimento lhes foi lido, e se elle Respondente Martin Francisco reconhece o punhal appenso aos autos, que n'esse acto lhe foi mostrado, do que nos Testificamos damos fé. Responderão, que nunca tivérão clubs em sua caza, bem que no systema Constitucional nada lhes vedasse ter, com tanto que não se tratasse de atacar o systema estabelecido, o que provarão com o testemunho das mesmas pessoas, que achão diz ajuntarem-se na caza d'elles Respondentes, e protestão pela confrontação d'essa testemunha, cuja veracidade he atacada pela indignidade da sua pessoa, e improbabilidade dos seos dictos, e athé por haver roubado á elle Respondente Martin Francisco espóras de prata, fardamentos e outras mais couzas. Quanto ao punhal disse o Respondente Martin Francisco que o não conhece, e que não he sêo.

E sendo-lhes n'este acto mostrado as 8 cartas, que se achão apenas á Devassa pela Portaria de 9 de Outubro de 1824, e expedida pela Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça, forão perguntados, se as reconhecião por proprias d'elles Respondentes.

Responderão que as reconhecião por serem escriptas por suas proprias mãos, e letras, e dirigidas á membros de suas familias, e amigos, ou espirituaes, e que tem de admirar-se da incorialidade com que foram tantas semelhantes cartas, primeiramente, e o regredido das cartas tão
 Constituição do Imperio Artigo 1.
 Ordenação n.º 5.º Titulo 1.
 testão desde ja o levarem á con

levou suas Cartas, e requerem a elle Ministro serem confrontados, com o Tenente Coronel Mariano Antonio de Amorim Carrão a quem as haviam remettido fechadas em subscripto á elle dirigido: segundo porque quando fosse criminozo o seo contheúdo, que o não he, nem hum respeito dizem á Devassa para lhe serem appensas: tertio porque ainda quando lhe dissessem respeito, não lhe podião ser appensadas mezes depois d'ella concluida; quarto finalmente, porque sendo factos passados em França competia o seo conhecimento ás Justiças de França, e não do Brazil, quando fosse criminozo, como não he o seo contheúdo, e que o não he, nem na forma, nem na materia guardão mostral-o em sua defeza. Tadvia como forção a elles Respondentes a declarar os motivos da perfidia de sua entrega a huma Nação inimiga; na sua defeza o farão em toda a plenitude.

Perguntados se tem mais que dizer em sua defeza. Responderão, que nada mais tem, se não a protestar contra a inexecução do Decreto de 17 de Abrii de 1824 paragrafo 2.º, em que se ordena a publicidade, e a portas abertas, e em caza destinada para isso, o que se não pode em rigor verificar em huma prisão, onde lhe forão feitas as perguntas, não por culpa d'elle Juiz, mas por preguiça, ou malicia do Governo.

E por esta forma houve o Ministro as perguntas por feitas, as quaes depois de lidas, e conformes forão assignadas nolos Respondentes, e pelo Ministro, e Escrivaens.

das Perguntas.

o &c..... — Depois de lidas as perguntas, lhe teo o Microgatorios. —

Perguntou-lhes; se as primeiras perguntas, que se lhes acabavam de ler, estavam conformes, e se as ratificavão, ou se tinham mais a acrescentar, ou diminuir.

Responderão, que estão conformes, e como lhes convem, que o mundo saiba as rasoens porque accusarão de perfidia o Ministerio de S. M. que os mandou entregar aos Portuguezes, inimigos com quem estavam então em guerra, offerecem aos Senhores Desezembargadores os presentes factos, que moralmente os convencerão da entrega de que fallão.

Primeiro facto: nomeada a Luconia para os conduzir, se achava de Commandante n'ella hum Brasileiro Antonio dos Santos Cruz, e a equipagem era composta de Brasileiros de nascimento, e de adopção, e Estrangeiros; foi posto em lugar do Commandante Cruz, Joaquim Estanislau Barboza Luzo-Brasileiro, Capitão de huma embarcação mercante, e protegido de Fernando Carneiro Leão, hoje Conde da Villa Nova de São Jozé d'El-Rei, inimigo da familia dos Respondentes, e igualmente forão removidos da equipagem todos os Brasileiros de nascimento, á excepção do Cirurgião, e Ajudante do Tanoeiro, bem como todos os Estrangeiros, ficando a equipagem só composta de Brasileiros de adopção, tirados da Preziganga, dos quaes a maior parte erão d'aquelles, que tinham assolado a Bahia.

Segundo facto: Joaquim Estanislau mereceo a sua nomeação, indo offerecer-se á Sua Magestade para entregar os Respondentes aos Portuguezes, no que S. M. não consentio, negando o mesmo Joaquim Estanislau confessou ao 2.º Commandante Rapozo, que o contou á elles Respondentes, e esta era a reputação, em que o tinham os Brasileiros de ado-

ção, que affirmavão, que elle Estanislau fora escolhido para o dito fim, e o desaconselhavão de o fazer, como dice a elles Respondentes Frei João, irmão do dito Estanislau.

Terceiro facto: a pezar d'este offerecimento não foi mudado do commando da Cruveta, que conduzia a elles Respondentes: para que fim, deixão elles Respondentes á comprehensão dos Srs. Julgadores.

Quarto facto: sendo a derrota commum dos navios, que vão para o Norte da Europa ordinariamente mais ao Oéste, o dito Barboza fez huma derrota a Léste, por ser a que fazem os navios, que vem para o Brasil de Lisboa, á ver se assim encontrava alguma embarcação de Guerra Portugueza.

Quinto facto: chegados a altura da Ilha do Corvo, huma das Açores, teve a ousadia de querer entrar n'esse Porto, a pezar de ser hum porto inimigo.

Sexto facto: não o fazendo por temor d'elles Respondentes, e do 2.^o Commandante, que se oppoz ficou hum dia a capa n'essa altura com o pretexto de hum banco, quando fôra se achava ao norte d'elle, tudo a fim de esperar barco Portuguez, que tomasse a Cruveta, e levasse elles Respondentes aos Portuguezes.

Setimo facto: correndo ao Norte chegou quasi a altura de Bordeaux, e em virtude de huma tempestade, que alli tiverão, em vez de demandar o porto de Bordeaux, como era natural, foi demandar o de Vigo na Galliza, tres grãos pouco mais ou menos ao sul de Bordeaux: e advirta-se, que antes da tempestade ou de motivo algum, já elle fallava de arribar a Vigo, dizendo não podia ir ao Havre em tal tempo, e barco.

Oitavo facto: chegado a Vigo demorou-se tres dias a bordejar, sem entrar, até que por fim o nes-

perado encontro de hum barco de terra de pescadores o obrigou á entrar contra sua vontade.

Nono facto: entrado em Vigo veio a noite o Consul de Portugal em Vigo Manendes á fallar com o dito Barboza, a quem com toda a probabilidade elle entregou huma carta dirigida ao Senhor Dom João 6.^o para mandar requizitar a elles Respondentes como subditos seus: a copia da qual carta mostrou ao 2.^o Commandante, que o desaconselhou de a fazer remetter, e elle assim o prometteo, mas não cumprio, porque

Decimo facto: chegou seis dias depois á Vigo huma Fragata Portugueza á reclamar a elles Respondentes, como subditos Portuguezes, e n'esse acto logo o Commandante vestio a sua farda grande para receber o seo digno Camarada.

Undecimo facto: na Fragata Portugueza vinha huma carta do Duque de Villa Hermosa, Embaixador de Hespanha em Portugal, convidando as Authoridades de Vigo á entregarem a elles Respondentes á Portugal; e como não annuisssem as Authoridades de Vigo, dirigio-se o Commandante da Fragata Portugueza ao Governo Hespanhol reclamando as pessoas d'elles Respondentes, e os mesmos Respondentes tão-bem se dirigirão ao Conde Ophalia, Ministro dos Negocios Estrangeiros; com dous officios, a cuja honra, e á mediação do Marquez de Tallarée, a quem os tinha recommendado o Consul Francez da Corunha M.^r. Lambert, deverão elle Respondentes o não se consumar a atroz perfidia, contra elles intentada.

Ultimo facto: desenganados que o Governo Hespanhol não entregava a elles Respondentes, a tripulação se sublevou, e quiz matal-os, e a todos os deportados; e se não forão mortos, o deverão á sua

energia, e coragem. He justo advertir, que n'esta sublevação o Commandante só podia ter parte no Conselho; porém na execussão tremeo também pela sua vida, cuidando ser comprehendido nos que devião ser mortos. Prezos porém os cabeças da sublevação deo-se-lhes escapulla da prisão, o que não podia ser ao menos sem connivencia do Commandante, visto que os não reclamou.

A vista d'estes factos se elles Respondentes se enganão em dizer, que elles forão mandados entregar; então se enganão com o mundo inteiro: protestão, que estes factos são notorios a todos os que acompanhar o a elles Respondentes.

E logo mandou o Ministro vir a sua presença, e dos Respondentes a Testemunha da Devassa N.º 33, e sendo-lhe lido o seu depoimento, do que dou fé, lhe deferio o Ministro o juramento dos Santos Evangelhos, sob cargo do qual lhe encarregou jurassê se era verdadeiro o dicto seu depoimento, e se o ratificava: e recebido por elle o dito juramento assim o prometteo cumprir e debaixo do mesmo juramento respondeo, que o ratificava, por ser verdadeiro, e porque algumas vezes via aos Respondentes em casa do Menezes. Perguntados os Respondentes, o que dizem sobre o que acabão de ouvir jurar a careante.

Responderão, que se vê que lie testemunha falça; porque tendo deposto na Devassa, que via quazi todas as noites aos Andralas, e principalmente depois que sairão do Ministerio, em casa do Menezes, agora o modifca dizendo que os vira algumas vezes.

Perguntado o Careante sobre a resposta supra..... Respondeo que via quazi todas as noites ajuntamentos, e só algumas vezes os Respondentes.

Perguntados os Respondentes sobre a resposta do

Careante. Responderão, que isso não quadra com o seo juramento na Devassa, e que por isso está evidente a falcidade.

E logo mandou o Ministro vir a sua Prezença a testemunha da Devassa N.º 37, e sendo-lhe lido o seo depoimento, e juramentado na fôrma da Lei para dizer a verdade, e se o ratificava; do que eu Escrivão dou fé.

Respondeo, que vio sómente huma, ou duas vezes apaar-se da sege; e entrar em casa de Luiz de Menezes o Respondente Martin Francisco, e que não se lembra de ter lá visto o Respondente Antonio Carlos, e a quelle de dia. Perguntado o Respondente Martin Francisco o que diz sobre a resposta do Careante.

Respondeo, que he verdade ter ido huma unica vez, e de dia, como ja declarou nas perguntas primeiras, e não mais.

Perguntados se tem mais que dizer em sua defeza Responderão, que não, e que dezistem da careação com as mais testemunhas para não retardar seo livramento, e processo, visto que consta da certidão, que se lhes mostrou, estar hum impossibilitada, e os outros não apparecerem.

E por esta fôrma houve o Ministro estas perguntas, ratificação, e careação por feitas, que sendo lidas aos Respondentes e Careantes, dicerão estar conformes, do que nós Escrivaens damos fé, bem como de todo o contheúdo n'este auto, que assignou o Ministro com todos os sobreditos, e o Escrivão assistente, e eu Jozé Joaquim de Govêa Escrivão o escrevi, e assignei.

(Achavão-se as assignaturas sobreditas.)



DEFEZA.



Civil Liberty has two direct guarantees; the open administration of justice according to known Laws-truly, interpreted, and fair construction of evidence; and the right of Parliament without let or interruption, to inquire into and obtain the redress of public grievances. HALLAM CONSTITUTIONAL HISTORY OF ENGLAND.

CHamado pela honroza confiança de meos Clientes os suppostos R. R. Antonio Carlos Ribeiro d'Andrada Machado e Silva, e Martin Francisco Ribeiro d'Andrada, seguirei na sua defeza, a lealdade, franqueza, e nobre ardimento do seo caracter, guardando o respeito, que a Lei, e a decencia ordena para com o vosso respeitavel Corpo, Senhores Julgadores; não recuarei porém por temor, de apresentar qualquer verdade, que interesse a justiça de meos Constituintes; em'ora semelhante desenvolvimento possa offender a algum membro do vosso Corpo, do Poder Executivo, ou dos Conselheiros do Poder Moderador. Elles que commetterão os actos culpozos, que eu mostrarei, serão os únicos auctores da deshonra, e nódoa, que sobre seos nomes recahir; e não eu, cujo só papél será o de simples relator. Para que melhor possais entrar no amago da questão, farei proceder á questão juridica hum resumo historico do estado do Brazil quando se principiou contra meos Constituintes o inaudito, e nul-

lo Processo, que teve a pretensão de querer converter em sediciozos os primeiros auctores da Independencia do Brazil, e os animozos Campioens das liberdades legaes, tanto civiz, como politicas, e religiozas.

Portugal erguera o grito da liberdade, e a necessidade das circumstancias o obrigou a offerecer o mesmo bem ao Reino irmão, offerta bem pouco sincera, como dêsde então attestava, e depois sua Proclamação as Naçoens Estrangeiras, varificarão os seus actos Legislativos. Os dous meos Clientes, em cujos corações ardiera sempre o amor sagrado da liberdade, e independencia do Brazil, sem poder ser abafado pela empestada athmosfera do Governo, que os rodeava, saudarão com ardor a alvorada de tão grato dia; hum concorrendo por seus Conselhos a adopção da Constituição na Bahia, e outro em S. Paulo pela instalação do Governo Provisorio n'aquella Provincia. Mas desde então as desconfianças nascerão nos corações dos Brasileiros, e as pretensões de dominação nos dos Portuguezes.

Estes vião com desgosto a perda da antiga influencia; aquelles aspiravão a huma separação, unica condição possivel de liberdade para o Brazil. Em fim depois de tornar-se inadmissivel por cegueira das Cortes de Lisboa, mesmo huma união mais frôxa, ou federação como propozêra hum dos meos Clientes, Antonio Carlos, e ter-se elle retirado para a Inglaterra, com seis outros honrados Deputados; e haver-se no Brazil proclamado a independencia, por esforços principalmente do meo segundo Cliente, e seo irmão Jozé Bonifacio, cerrou-se o primeiro acto do Drama da Revolução Brasileira, e convocou-se a Assembléa Geral Nacional Constituinte.

O Partido Portuguez conhecêo-se vencido, não

perdão porém as esperanças de reassumir o poder, que
 perdera; as intrigas ferverão, o Imperante foi rodea-
 do de creaturas entregues aos interesses da antiga Me-
 tropole, e meos Constituintes, que hião lentamente ad-
 querindo huma influencia n'Assembléa, e d'ella se ser-
 vião em bem do Brazil, e dos verdadeiros direitos da
 Corôa, atacados de huma parte pelos exagerados como
 absolutistas, erão de outra parte dilacerados como re-
 publicanos, pelos que enganavão a S. M. Cresce a au-
 dacia do partido vencido, insultão-se os Brasileiros
 com ousadia inaudita, requerem meos Clientes a
 nição de tão flagrantes attentados á segurança indivi-
 dual, e á honra Brasileira, e quando se discutia ain-
 da esta importante materia, he a Assembléa dissolvida
 á força armada, e meos Clientes prezos, e remettidos,
 ao menos aparentemente para Havre de Graça; digo
 ao menos aparentemente, porque a vista dos interro-
 gatorios, e rectificaçoens d'elles feitas por meos Clie-
 ntes, e as importantes declaraçoens ahí juntas, será mis-
 ter ter os olhos cerrados mesmo a luz merediana, para
 duvidar, que outro fôra o destino, que lhes determi-
 nava o execrando Ministerio de Novembro de 1823,
 de parte do qual já a bondade divina purgou o Brazil,
 e da outra faz já justiça o horror de huma Nação in-
 iuriada, em quanto não chega o dia da retribuição
 perante o Tribunal da responsabilidade eterna. He no
 meio da fermentação das paixoens as mais odiosas,
 quando a exaltação da victoria calla a voz da razão
 no partido vencedor, quando a ulceração de prezumi-
 das offensas impelle reaçoens ainda as mais infames;
 quando o partido vencido sofre silenciozo injurias, e
 atura improperios, como condição de segurança; quan-
 do em fim nem ao nienos á vista dos nobres Cidadãos
 feridos por tão inaudito ostracismo pode soprar nas al-

mas não de todo degeneradas alguma faísca latente de sympathia, e de virtude; he n'estas circumstancias, que se começa a monstruoza devassa, que depois de promulgada em 1824 ficou sepultada até 1827, em que foi em fim sustentada a injuridica Pronuncia de 1824. Senhores Julgadores, alguns de vós, que hoje tendes de julgar a meos Clientes concorrestes em sua pronuncia, levados talvez pelo zelo immoderado do bem geral, que se dizia posto em perigo com a conducta arrojada a meos Clientes; talvez mesmo movidos pelo mesmo motivo de dardes assim a meos Constituintes a semelhante occasião de lavarem com sua defeza a nódoa, que sempre fica na opinião publica, contra o accusado, pelo simples facto d'accusação, quando ella não he victorioza, plena, e publicamente destruida. Eu vos agradeço, Senhores Julgadores, e aproveitando-me da permissão, demonstrarei: — 1.º Que o Decreto, em que se originou o Processo, e que devia formar a Corpo de Delicto da Devassa, sendo contra a Lei não merecia cumprimento: 2.º Que a devassa a que deo origem esse nullo Decreto, he completamente nulla por lhe faltar o Corpo de delicto, cuja falta não remedia o corpo de delicto indirecto a f. do qual de modo algum se evidencia a existencia do crime allegado. 3.º Finalmente que ainda quando não fosse nulla a Devassa, d'ella nem hum crime resulta a meos Constituintes.

1.º Ponto. O Decreto de 24 de Novembro de 1823 não merecia cumprimento. No feliz systema, que nos rege, os poderes sociâes são independentes huns dos outros, e bem que para tranquillidade publica he mister, que exista a maior harmonia entre elles, não tem algum o direito de prescrever ao outro a marcha, que deve seguir, alias cessaria a independencia do que he obrigado a obedecer. Nestes principios não podia o

Poder Executivo mandar ao Judiciario, que tirasse devassa, e muito menos ordenar-lhe o desprezo das solemnidades, cuja falta torna pela Lei nullo o procedimento devassa, erguer á classe de crimes o que pelas Leis não o era, e attribuir ao tribunal materias alheias da sua jurisdicção.

Que o Poder Executivo possa noticiar ao Poder Judiciario os factos, que devem ser por elle inquiridos, que possa aguilhoar sua lentidão, está na esfera das suas attribuições, conforma-se á conservação da harmonia, que entre os poderes deve haver; mas que se arrogue soberania sobre outro poder-seo igual em cathegoria, quando limitado na sua esfera, he o que senão compadece com o regimen representativo. Ora todos estes erros nótão-se no monstruozo Decreto de 24 de Novembro de 1823. Elle dispensa da Lei, que prescreve o numero das testemunhas, e da que ordena hum termo á devassa, pois que manda se proceda sem limitação de tempo, nem determinado numero de testemunhas, destruindo assim a Ord. L. 5. tit. 65, § 31, e 39. Não se diga, que este he o estilo nos crimes de Leza Magestade; sim, este foi o estilo; mas quando? Quando a Soberania residia toda na Pessoa do Monarcha, quando á Elle, como a Supremo Legislator competia a dispensa das Leis; mas hoje, que antozamente outro he o Codigo, que nos governa; quando o Monarcha não he senão hum dos ramos da Legislatura, quando para hum acto legislativo, como dispensa das Leis, he mister o concurso dos outros dous ramos do Poder Legislativo, o Senado, e a Camara dos Deputados, he insistentavel, que hum Decreto referendado por hum Ministro, creatura do Poder Executivo ouse aniquillar as providencias da Lei, que tinhão por fim segurar o individuo contra os pe-

rigos das Devassas. Ainda mais insustentavel he, que o mesmo Decreto erga a delicto o que antes não era.

O Codigo Portuguez barbaro, que ainda hoje por desgraça nos rege, não reconhece em parte alguma crime chamado desafeição de huma parte de Cidadãos a outra parte qualquer por motivos das suas respectivas naturalidades; se o não reconhece, como he indubitavel, semelhante sentimento, ainda reduzido a facto, era licito, ainda quando nocivo fosse a outrem. Veja-se Mello. Instit. J. Cr. tit. 1.º Inst. de Leg. Aquil. L. 55. D. de reg. jur. Hum acto mesmo Legislativo não podia tanto, porque podendo criar crimes, he só para o futuro, e não para o passado. Não se queira defender semelhante violencia com a analogia do que se praticava, antes dos tempos Constitucionaes, em que o Principe commettia á Magistrados o tirar devassa de casos, que a Lei não conhecia, erguendo assim á crimes publicos, os que antes só erão particulares, como traz Cabedo p. 1. Dec. 52, e esta pratica fundava-se na Carta Regia de 24 de Julho de 1607, que traz Per. de Mar. Reg. p. 1. pag. 13. A analogia não tem força alguma, huma coiza he criar crimes, e outra erguer os já criados á cathegoria de publicos, o que só o Principe fazia. Mas como o fazia elle? Como Legislador, não como Principe, e como não he mais Legislador único, o não póde mais fazer; e mesmo com iniquidade o fazia, pois conhecendo-se de factos, que não erão cazos de Devassa, como se o fossem, violava-se o incontestavel principio — *Lex non respicit retro*.

O que passa todas as raias da ardidez ministerial, o que seria mesmo incrivel, senão se patenteasse do informe Decreto, he que se tornasse competente,

a Magistratura não só para conhecer de abuzos de liberdade de imprensa contra todas as Leis, então, e ainda hoje em vigor, destruindo-se por conseguinte a nullidade de incompetencia, que reconhece a Ord. L. 3. tit. 75. pr., e de que tratão amplamente Marantade Ord. jude. p.º 6, tit. 1. n. 102. Mendes Pract. Lusit. p. 1. L. 5. C. 3. n. 7.; porém principalmente, que se abalançasse o ousado Ministro a mandar conhecer dos actos, propoziçoens, e discursos de meos Clientes na qualidade de Deputados. A que desvarios arrastra o dezejo de vingança n'hum Governo immoral, e descarado! A inviolabilidade dos Representantes he da essencia do Governo Representativo, he o pilar mestre do Systema da liberdade, estava reconhecida pela Lei, e hum acto do Governo a abala, e como que o põe em questão, e o indigno Ministro, que se atrevêo a tanto, morreo sem ser accusado, a Nação silencioza, e muda presenciou tamanho insulto, e nem se quer a imprensa fez justiça d'este attentado! Tempos de escravidão, tempos de susto não voltareis mais, a attitudo magestoza da Nação Brasileira, e dos seos Representantes, afugenta hoje ainda o mais remoto receio.

Se o conhecimento dos periodicos, que o Decreto attribue aos Magistrados não he tão execrando attentado, como o conhecimento de actos por que meos Clientes erão só responsaveis á opinião publica, e a nem hum outro tribunal da terra; he igualmente injuridica, e exorbitante semelhante attribuição. He injuridica, porque pelo Decreto das Côrtes de Lisboa de 4 de Junho de 1821, mandado executar, e explicado pelo Decreto de Junho de 1822, que bem que publicado por authoridade incompetente, foi revalidado pela Carta de Lei de 20 de Outubro de 1823

art. 1.^o he privativo dos Jurados o conhecimento de qualquer abuzo de liberdade de imprensa. He exorbitante, porque a aniquilação de semelhante disposição legislativa, não pode ser feita senão por acto de Legislatura e não por acto do Poder Executivo, que só pode expedir Decretos, Instrucções, e Regulamentos para boa execução das Leis, e não para sua abrogação.

E advirta-se, que mesmo hũa Lei só para o futuro podia mudar a competencia da Jurisdição nos cazos de liberdade de imprensa, e nunca extender-se ao passado, como fez o Decreto. Não serve de excusa ao Ministro, nem ao Magistrado a evasiva a que dá azo o Decreto, e recorre ao sem duvida ao Magistrado, do que tendo-se nos Tribunaes de conhecer de factos da sua competencia, e de periodicos, que os coadjuvavão, tendo os ditos periodicos relação com os mesmos factos, devia o conhecimento d'aquelles arrastar o d'estes, que os auxilião. Sei que o Ministro da Justiça, e o Magistrado devassante, se bem por este processo pouco adiantamento mostrem em conhecimentos juridicos, talvez tivessem bem aproveitado na escola relaxada dos Sanches, Soares, e Tamborinos, e pudessem pelir meças ao mais astuto Jezuita na invenção de escapulas, evasoes, subterfugios e equívocos. Apesar de toda a sua subtileza a Lei he contra elles, se os depoimentos se não podem sustentar sem o espeque dos periódicos, tenham paciencia, a Lei lhes veda a escora, a que precisavão encostar-se. Onde a Lei não distingue, ninguém pôde distinguir: ora que a Lei não distingue, vê-se pela leitura do Decreto das Cortes de Lisboa de 4 de Junho de 1821, pelo Decreto de 18 de Junho de 1822 nas palavras terminantes — Vinte e quatro Cidadãos escolhidos d'entre os homens bons, honrados, intelligentes, e patrio-

tas, os quaes serão juizes de facto para conhecerem da criminalidade dos escriptos abuzivos — ; e o mais he que a mesma Legislação se seguiu no Decreto de 22 de Outubro de 1823, mandado pôr em execussão pelo Decreto de 22 de Novembro de 1823, no §. 19 nas terminantes palayras — A qualificação d' estes delictos pertence aos Conselhos de Juizes de Factos — ; Em nenhuma d' estas Legislaçoens se distingue, se os periódicos são o principal, ou o accessorio, em todo o eazo pois o seo conhecimento he privativo dos Jurados, e nunca se podia attribuir á Magistratura. E com razão, pois de outro modo ficaria á descripção do Governo chamar para a Magistratura, que sempre em todos os paizes está mais no vortice da influencia Ministerial, do que os Conselhos de Jurados, o conhecimento dos escriptos, inventando falsas accusaçoens á que accedessem depois os escriptos publicos.

Nem huma Nação, Senhores Julgadores, deve ter illimitada a confiança na integridade geral do seo governo, e afroxar da vigilancia precisa para o conter ; a historia lhe abre as suas paginas para a desneganar. Mas toda a vigilancia do delegante sobre os poderes delegados, todo o amor da liberdade, e do bem publico desaparecerá, huma vez que não exista a independencia, e não peada energia da imprensa; e ella não existirá se ao Governo he permittido peal-a pela força auxiliar da Magistratura. Nem hum Governo, qualquer que seja a sua natureza, monarchico, democratico, ou aristocratico amou a livre emissão do pensamento; he o instincto da força cdiar a razão; lançai os olhos por todos os Governos, folheai a historia antiga, e moderna da França, e da Inglaterra, e vereis que os Governos absolutos, e temperados, que as Republicas de toda especie, desvairados em outros

pontos, concordarão sempre em opprimir a liberdade de pensar, quando a razão espalhada pela massa Nacional os não obrigou a supportal-a.

Tenho demonstrado o 1.º ponto da nullidade do Decreto. Talvez com tudo, que ainda alguém diga, que sendo o principal a redigção, e esta cazo de Devassa, embora os actos secundarios, e por onde se diz ter-se desenvolvido, não sejam os crimes, ou da attribuição da Magistratura, sempre o Decreto devia ter execussão ao menos no dito principal. Não; o vicio que contamina as partes, de necessidade contagia o todo que d'ellas se compoem; sem ellas não pôde subsistir o todo; assim o entendeo o Magistrado, e n'esta parte bem, e por isso sem lhe importar com sua incompetencia, passou a conhecer das fallas, e dos periodicos. O engraçado sómente he que não soubesse, que mesmo havendo delicto nos Periodicos, e sendo elle competente para conhecer d'elles, nem huma culpa podia recahir sobre meos Clientes, mas sómente sobre os Editores, e Impressores, visto que nunca poderão os seus nomes nos poucos papeis, que Escreverão para o Tamoyo; tudo assim se vê no Decreto de 18 de Junho de 1822 nas terminantes palavras — e os Editores, e Impressores, que Imprimirem, e publicarem papeis anonymos, são responsaveis por elles. Felizmente para o Editor nem hum dos papeis injuridicamente appensados contém a menor particula de criminalidade á vista das Leis que regem a materia, nem mesmo torturados pela arteira hermeneutica do odio, e da vingança. Passamos ao segundo ponto, e vejamos se o Corpo de delicto indirecto, que se acha julgado a f. supprio o vazio do acto substancial do Processo, que não existio com a nullidade do Decreto, em que elle se originou.

2.º Ponto. Pelo Corpo de delicto indirecto julgado a f. se não acha verificada a sedição avançada no nullo Decreto. A sedição, que he huma especie de *vós publica*, define-se segundo Gothofr. ad. L. 152. D. da reg. jur. e que repete o único Jurisconsulto moderno de nota, o Snr. Mello Freire — *Violentia atrox adversus publicam securitatem, vel publicum ordinem, cum armis vel sine armis, dolo malo commissa.* — He pois da essencia d'este delicto: 1.º a violencia. 2.º atrocidade d'esta violencia. 3.º que esta violencia fosse dirigida contra a segurança, e ordem publica. 4.º dolo máo, que a acompanhasse. Qualquer d'estes requerezitos, que falhe, falta a sedição. Vejamos agora o depoimento das tres testemunhas do Corpo de delicto indirecto. Quanto ao crime principal, o concurso do povo armado a Assembléa para tirar-lhe a livre deliberação, e que de facto tirou, como afirma o informe Decreto, nada diz a 1. testemunha, e a 2. apenas jura que o povo estava apinhado na Sala da Assembléa, e dava apoiados a falla de meo Cliente Martin Francisco, e que na suspensão dos trabalhos Antonio Carlos disséra, que a Sessão devêra continuar, e se o Presidente não era capaz, fosse o Vice-presidente substituil-o. A testemunha 3.ª apenas diz que o povo estava em grande concurso, não só nas Galarias, mas até em torno dos assentos dos Deputados, e que dera dous apoiados a falla, que fizera meo Cliente Martin Francisco. Ora onde está n'estas asserçoens a violencia do povo? Onde a atrocidade d'esta violencia? Onde a intenção de atacar a segurança, e ordem publica? Onde em fim o dolo máo? Como sem a existencia d'estes requerezitos conceber a ideia do crime de sedição? Advirta-se, que estas boas testemunhas de proposito callarão a circumstancia principal d'este ajuntamento, que aparece po-

rém do curso da Devassa ; que o Povo não entrou para a Assembléa, senão por consentimento da mesma Assembléa, em virtude da indicassão do Snr. Deputado Alencar. Vejamos porém se ao menos as testemunhas do Corpo de delicto indirecto jurarão sobre outros factos, dos quaes se pudesse deprehender projecto ao menos de sedição. Jurou a testemunha 2.^a Jozé de Resende Costa, que hum mulato de nome Mariano, por alcunha Miquelina lhe rogara que não fosse a Assembléa n'aquelle dia porque havia de haver barulho, e que elle Miquelina já tinha desarmado cento, e cincoenta Brasileiros ; as duas outras testemunhas nada dizem d'este facto, e he notavel, que estando o Miquelina prezo, e devendo ser ouvido para verificar-se o facto, nunca o foi. O depoimento he de mais tão ridiculo, e improvavel, que só poderia ser engolido pelo Snr. Resende, ou outros, cujas cabeças estejam, tão desmanchadas, que não possam consertar-se ainda com recurso ás tribus Antyciris — do Lyrico Latino.

Fosse porém valiozo o depoimento, fosse authenticado pela pessoa referida, ainda assim era unico, e incorria na censura de Direito — tutis unius, testis nullius. De outro facto tãoobem de armamento fala a testemunha 1. do Corpo de delicto, Antonio Gonçalves Gomide : que Antonio de Menezes na noite do dia nove entrara em caza do Padre Barreto, e lhe dicera o que havia de haver no dia 10, e que havia de haver assassinios, e a exaltação dos armados n'aquelle dia. Este digno testemunho dêo assim a entender que havia premediação de tumulto, e projectos odiosos ; mas desgraçadamente para sua veracidade, e character a testemunha 3. o desmente, pois apenas afirma, que Antonio de Menezes fôra armado a sua caza,

por temer, que o assassinassem, e que lhe rogava, que fosse á Assembléa, e que supunha, que no dia seguinte haveria desordens. Ora este depoimento, absurdo, como he, pois não ha maior absurdo do que annunciar desordens a alguém, e pedir-lhe que se exponha a ellas, desmente a testemunha referente, pois não falla nos assassínios, na exaltação dos Andradas, e no mais em que toca a testemunha referente; mas quando fallasse, fazendo a testemunha referente, e a referida hum a só ficava sempre o facto garantido pela fé de hum a só testemunha, e como tal sem credito legal. Não consta pois do Corpo de delicto nem a existencia da sedição, nem mesmo de facto algum, que indicasse sua premeditação ao menos; nem o julgamento do Magistrado a respeito de sua sufficiencia, pode inverter a natureza das coizas, e fazer que exista prova, onde nunca existio. Semelhante julgado he nullo, por recahir sobre entidade, que não apparece nos mesmos autos, e n'elle se não póde apoiar a Devassa, que na verdade vem a carecer de verdadeiro Corpo de delicto, e caducar por tanto a vista do Alvará de 4 de Setembro de 1765, §. 2: e 3. E do mesmo Alvará se vê, que he o Corpo de delicto hum acto substancial do Processo, e insuprivel á face da Ord. L. 5. tit. 5. § 12, que só se entende das solemnidades, e não do que he substancial; como se deprehende das suas mesmas palavras — em que faltar alguma solemnidade. Passemos ora ao terceiro ponto.

3.º Ponto: Cazo não fosse nulla a Devassa, ainda assim d'ella nem hum crime recahiria sobre meos Clientes. Para o mostrar analyzarei cada hum dos artigos de imputação, que a hí se assestão contra elles, e mostrarei ou que não são crimes, ou que não são provados.

Mas permitta-se-me antes fazer algumas observações geraes sobre este informe processo. Hum homem integro, e imparcial, que houvesse de inquirir de factos de rivalidade de dous partidos, buscaria, ouvir os desinteressados, que nem huma relação tivessem com algum d'elles, e se não os encontrasse escutaria ao menos aos mais probos, honrados, e independentes de ambos esses partidos em numero igual. O avêssio d'isto fez o Magistrado Devassante, de 78 testemunhas inquiridas na Devassa, sómente 13, ou 14 são Brasileiros de nascimento; os mais todos a excepção de 4, ou 5 estrangeiros, são Luzo-Brasileiros. A mór parte mesmo pertencem a classe de tendeiros chatins, e mercadores de retalho, classe em que os prejuizos de bairrismo são mais arreigados, e menos entrada tem a fria reflexão. Encontrão-se também Soldados da Guarda de Honra, e Criados da Caza Imperial, que o pudor, e respeito á decencia publica vedava, que apparecessem em tal cauza. Observe-se mais que os poucos Deputados, que tomárão parte n'estes depoimentos, forão promovidos ou á Presidentes de Provincia, ou a Senadores; que sobre o Magistrado Devassante, e sêo Escrivão, e sobre o Corregedor do Crime Corte e Caza que sustentou a injuridica Pronuncia, chovêrão as graças do Governo, pode ser que por mérito seo; não o disputo, mas he espantoza a coincidencia d'esses avanços com as phases do processo dos meos Clientes. Observe-se mais o apuro com que se pretendeo impedir a audiencia de meos Clientes; ja se passando edictos contra pessoas cuja morada não era ignorada, visto serem penseonarios do Estado em França, ja dando-se huma dilação insufficiente para seo comparecimento, ja por fim trabalhando o Encarregado do Brazil em França,

para que se lhe impedisse a volta, como he notorio, e consta do requerimento, que meos Clientes fizeram á Camara dos Deputados.

Igual nota merece a animosidade, e dezejo de criminar, que mostrarão o Juiz Devassante, e mormente o seo Escrivão, como se deduz dos depoimentos das testemunhas, que jurarão na Devassa, e se achão consignados no Documento Probatorio, e juncto a f. até admittindo testemunhas vindas apenas de Portugal, como a testemunha 35, e que jura sobre a opinião, que de meos Clientes fazião os Portuguezes. Elles os calumniavão, porque os aborrecião, como auctores da Independencia, e o Brazil, que devia por isto só honrallòs, escuta gostozo, e dá lugar aos clamores de inimigos, se Brasileiros se pôdem chamar o Juiz; e Escrivão da Devassa. Não vos parece, Snrs. que o crime único, e irremissivel de meos Clientes, he o terem concorrido para a separação do Brazil, e não haver esperança, que pudessem querer outra vez a reunião. Não fique por fim em silencio a officiosidade com que o Governo suffraga os manes da Assembléa Constituinte por elle mesmo assassinada; quando lhe dá o garrote pelo Decreto de dissolução, não duvida com a maior injustiça denominalla perjura, depois de morta sobrevem-lhe os remorsos, entra em liça para deffender-lhe a dignidade ferida, quer punir a quebra da liberdade de diliberação, que ninguem lhe tirou se não elle, disparando sobre os mais ardentes Campioens da liberdade, e dignidade daquelle Corpo, os raios da sua iujusta cólera. Hypocrisia sem par! He pena, que huma nova Moliere não possa expor em nossa scena estes Tartuffos Politicos.

Tanto empenho de huma parte, tanta negligencia de outra, podia parecer ter por alvo a ruina dos meos

Clientes ; mas a Providencia vela sobre os destinos da innocencia opprimida ; meos Clientes estão ante vós, Snrs. Julgadores, reclamão a justiça do seo Paiz, e a esperão conseguir, até pela analyse da Devassa, em que ora vou entrar.

He a primeira arguição, que os meos Clientes concorrêrão para que o povo fosse armado a Assembléa : isto ninguem na Devassa jura, senão pela conhecida frazeologia de — publico, e notorio — que responde a rumor vago, a ataque de que não há, nem se ouza nomear a origem; e he lardeado de tanto absurdo, como no depoimento da 2. testemunha alias desmentida no seo referimento a f. pela testemunha a f. 149, que seria abuzar da bondade do tribunal esmerilhar tão desmarcados despropozitos. Demais da mesma Devassa não consta plenamente o concurso de povo armado ás Galarias, e sala d'Assembléa ; constando porém sem a menor duvida que o Povo entrou por ordem d'Assembléa, que não fez violencia alguma, que apenas dêo dous, ou trez apoiados ás fallas de meos Clientes, e que levantada a Sessão, retirou-se tranquillo. A segunda arguição contra meos Clientes he de irem á clubs a caza de Luiz de Menezes, onde residia o Correo Antonio de Menezes, e terem clubs em sua mesma caza.

Esta arguição mostra a infancia do Governo Representativo no Brazil ! O Governo Representativo he hum governo de partidos em sua essencia ; he de necessidade, que n'elle haja huma luta continua, entre o partido, que está fôra do poder, e o que o possúe ; he por conseguinte preciso, que tanto o partido ministerial, como o da opozição juntem seos sequazes para consertar os meios porque devem levar ao cabo as suas medidas. Lede, Snrs., os Periodicos Inglezes,

e Francezes, e n'elles vereis mencionados repetidas vezes, clubs, e ajuntamentos dos dous partidos, sem que ninguém ouse marcal-os com o ferrete de sediciozos. He porém notavel, que mesmo n'huma Monarchia absoluta, ao menos de facto, se exprima a respeito dos conventiculos nocturnos o celebre Jurisconsulto Mello Ereire nos termos seguintes — *cœtus nocturni et clandestini non statim pro illicitis habendi, innoxu enim esse possunt* ; prudenter tamen, non curiose illorum causa exquirenda est : Inst. Jur. Crim. Lus. tit. 4. §. 6.º Demos porém de barato, que ter clubs seja acto criminoso, não está provado que meos Clientes assistissem a Clubs, ou os tivessem em sua caza; e mesmo ha contradicção, é impossibilidade, que os meos Clientes o fizessem.

Meos Constituintes são sujeitos as Leis da Matéria, não podem ao mesmo tempo occupar dous lugares no espaço, como lhes imputão as testemunhas. Humas, como as 33, 36, e 37 dizem que elles assistião aos clubs do Menezes quazi todos os dias; a testemunha 47 diz pelo contrario, que elles tinham todos os dias clubs em sua caza; outras affirmão, que elles se achavão nos clubs do Rocha, e outras nos de José Bonifacio, irmão de meos Clientes. Em quaes se achavão pois meos Clientes? Em nem huns, Senhores, como se vê d'analyse, a que passo. Que se não achavão em caza do Menezes, vê-se pela variação da testemunha 33, e retratação da 37; como do acto de confrontação a f.; e pela incredibilidade da testemunha 36, que não pode ser confrontada por não viver na Corte, como se mostra da certidão do Official a f. He em verdade ridiculo, que pessoas, como meos Clientes de alta gerarchia, e de idade avançada concorressem a sucias de comes, e bebes; he impossivel que

a indigna testemunha, que não era da caza do Menezes, mas estrangeiro a ella, pudesse ouvir as saudes, que se ahi fazião, mórmente sendo do genero Canibal, que refere.

Demais a testemunha he desmentida pela testemunha 64 que depõem da inimisade da dita testemunha á Luiz de Menezes; vem pois apello n'este cazo, qui semel mendax, semper præsumitur mendax. Por fim o testemunho de Luiz de Menezes, e do Doutor Francisco de França de Miranda põem fóra de duvida a calumnia, as testemunhas jurão que elles se achavão nos clubs já na caza do mesmo Menezes, já na de meos Clientes, e elles depõem o contrario no documento a f. Quanto a testemunha singular 47, que he desmentida pelo Documento a f. tem de mais contra si a indignidade de sua pessoa, e o ter fugido de confrontar-se escondendo-se como se depreheende da certidão a f.; esta testemunha, que foi bolieiro do meo Cliente Martin Francisco, e he hoje do Marquez de Cantagallo, como he notorio a todo o Rio de Janeiro, mas sendo ahi procurado pelo Official de Justiça, se lhe respondeo que nunca o conhecerão. Passemos agora as vagas arguiçoens de inimizade ao Brazil, aos Portuguezes, ao Ministerio, e até a S. M. I. Estas arguiçoens são todas avançadas gratuitamente, não pousão sobre facto algum, cuja existencia admitta prova em favor, ou contra, partem de testemunhas tão contagiadas do vicio geral da devassa, inimisade contra meos Clientes, como auctores da Independencia, por cuja aniquilação suspiravão, em fim são tão faltas das characteristics de testemunhas legaes, isto he — oculatos, omni exceptione maiores, contestes re loco, et tempore, congruam que testimonii sui rationem reddentes —, que seria abuzar da vossa paciencia, se repetisse n'es-

te lugar o que meos Clientes observarão nos seos Interrogatorios a estes quizitos, Interrogatorio, que adopto como peça integrante d'esta defeza. Quanto as suas fallas, e aos Periodicos de que os dizião Collaboradores; assás na discussão do 1.º Ponto d'esta Defeza demonstreí o direito, que rege semelhantes materias, e nada me resta que accrescentar. Quanto ao punhal que se diz pertencer a meo Cliente Martin Francisco, seria absurdo responder, alem do não reconhecimento. O porte de armas defezas, quando existe, tem outro curso de processo para verificar-se, e punir-se. Eis-me chegado em fim a peça da maior impudencia do Ministro de Justiça, as cartas appensas por Portaria do dito Ministro, e que meos Clientes escreverão a seos parentes carnaes, e espirituaes. Lançando os ólhos por todo o circulo da Lei positiva, e da equidade não posso enxgrear o fundamento da conducta do Ministro, nem da obediencia incurial do Magistrado. Embora, Senhores Julgadores, novamente por vosso Acordão a f. indeferisseis o desapensamento requerido pela petição junta a f. e Portaria a f. que a acompanhou, sois homens, e faliveis, e cuido, que n'esta occasião falhasteis. Cinco são as razões juridicas por onde semelhantes cartas não devião ser apensadas ao informe Summario, á que se achão juntas. Primeira; o crime, que só dêo origem á sua divulgação. A abertura de cartas particulares he prohibida na Constituição do Imperio Art. 179 §. 27, e na Ord. L. 5. tit. 8. §. 5.º Hum acto que aos olhos da Lei, quando aparece, chama logo sobre si a pena, não pode jamais ser elevado a classe de prova de outro acto criminozo. Aliás pela maior inversão de todas as idéias em Jurisprudencia criminal, viria o Corpo, a quem a Lei encarrega de enfrear o crime

pelo temor da pena, á encorajal-a pelo contrario pela sua immoral approvação, admittindo-o á classe das provas legaes; a Lei cujo officio he auxiliar a religião e a moral pelo saudavel susto da sancção penal, viria á ser sua mais terrivel antagonista. Não, nem hum Codigo ha no mundo; que aprobe semelhante contradição. Olhemos para huma Assembléa celebréa Constituinte Franceza, a quem apesar dos desvarios, que acompanharão alguns dos seus actos, desvarios bem desculpáveis á fraqueza humana e aos tempos, e circumstancias, em que se ella achou, deve com tudo a humanidade a nova promulgação de suas liberdades esquecidas; olhemos digo para esta Assembléa, e sua nobre, e generosa conducta vos ensinará o que deveis praticar.

Em huma conjuração, que podia pôr em perigo o edificio social todo, se lhe apresentam cartas, que abertas poderiam descobrir o novello da conspiração, deputados requerem a abertura; mas a Assembléa fiel aos principios da Lei, e da virtude prefere antes o marchar as escuras na descoberta do crime, do que ajudar-se do clarão adquirido com a violação da Lei, e da confiança publica. Passemos a segunda razão juridica, que prohibia o appensamento das cartas a f. Os documentos, que se ajuntão a hum summario, devem ser taes, que possam provar, aclarar, e melhor circumstanciar o delicto de que no dito summario se inquirir, e lhe dizerem respeito, como peças secundariamente relacionadas ao summario principal. Isto he o que não succede nas cartas; no summario se trata de huma inventada sedição, e sonhada conspiração, e nas cartas se descobre a perfidia, que se quiz praticar contra os supostos Reos dos mencionados crimes. Terceira razão. As peças, que se appenção á hum summario, de-

vem ser sempre antes da pronuncia, com a qual finda todo o procedimento sem audiencia do Réo, e começa hum novo curso de processo. Mas no presente cazo a Devassa foi pronunciada em Março de 1824, e só em Outubro do mesmo anno he que se expedio a incurial Portaria. Quarta razão. Dos factos praticados em hum paiz por hum estrangeiro compete o conhecimento ás justiças do Paiz onde se acha o estrangeiro, e não as^o do paiz, de que he Cidadão, como he inconcurso segundo o Direito das Gentes. As cartas, se contivessem pois delicto, sendo escriptas em França, ás justiças de França, e não as do Brazil competia o conhecimento do dicto delicto.

Quinta razão. Não ha conhecimento summario, sem preliminar verificação do facto prohibido, e esta revistida com as circustancias do tempo, em que se diz ter existido, sem que se possa passar a inquirir de factos posteriores; porque a declaração do tempo á que se limita a inquirição veda semelhante salto. O Decreto que mandou tirar a Devassa, e o corpo de delicto indirecto; limitão-na aos factos, que se dizião praticados antes, e athé 12 de Novembro de 1823; e as cartas forão escriptas em Julho de 1824, e por conseguinte fóra da orbita do summario. A philozophia da Jurisprudencia he a mesma para todos, e não póde ser nova a tão circunspectos, e illustrados Magistrados. Vós não ignoráveis pois estes principios, quando pelo Acordão a f. indifferisteis o desapensamento, mas por nimio aferro ás fórmulas, visto estar já decretado livramento, recusasteis o que parecia innovação. Louvavel he semelhante escrupulo em vosso Corpo, vosso afinco ás fórmulas, vosso respeito aos exemplos; fórma constancia de julgar, e esta he huma das melhores salvaguardas da liberdade civil; mas o excessó

mesmo de virtude, póde ser vicio, e neste cazo, perdoai-me se ouzo dizer, que exaggerásteis, sem o perceber. Nada se faz sem cauza, a razão de se não mandar em regra desapensar documentos, huma vez sustentada a pronuncia, e decretado o livramento, não he outra se não porque se não deve despojar hum processo das peças coadjuvantes, que contribuirão para a sustentação, e decretação mencionada. Esta razão não milita porém com as prezenfes, cartas, as quaes nem huma culpa podem fazer á meos Clientes, mas tão sómente a quem apezar da Ordem de hum Monarcha, documento probatorio a f., violou o segredo d'ellas; salvo se quereis, Snrs. Julgadores, não consentindo o desapensamento das cartas, consignar no livro da lembrança para depois passar aos factos da Historia, huma das acçoens mais negras athé hoje praticadas. Como porém as cartas existem, he do meo dever mostrar, que não contem delicto; nem na materia, nem na fôrma. He da natureza do regimen representativo, que a vida publica dos empregados fique descoberta ao exame, e censura de cada hum, a doutrina em contrario vedaria a necessaria superintendencia da nação sobre a administração, e seria irreconsiliavel com o interesse do partido, que está fóra do poder, e cuja melhor esperanza de o recuperar he commumente dar á nação huma má opinião de seos adversarios.

He pois licito, mesmo util á cauza publica, descortinar os crimes do Ministerio; eis o que meos Clientes fazem nas cartas appensadas. He verdade que duas, ou trez d'ellas se afastão das regras Constitucionaes, e parecem reflectir sobre huma existencia, que a Lei reputa sagrada; mas em primeiro lugar toda a excusa merece a justa irritação de meos Clientes,

nem a paixão guarda as raias da frieza; em segundo lugar quando se falla de huma pessoa sagrada, que não pôde ter acção social, se não por meio dos seus agentes responsáveis, tudo que d'ella se insinúa se entende necessariamente dos únicos agentes, que são passíveis de censura; o que pois nas cartas se argúe do Monarcha, he em verdade applicada ao Ministerio. Demos porém que se possa chamar delicto a pouca exactidão, com que se applica ao Monarcha o que só recae sobre os Ministros, qual he este delicto? Não he o marcado na Ord. L. 5. tit. 7 que só diz respeito ás injurias verbáes contra o Imperante; menos pôde ser o de injurias escriptas, que só existem com a publicação, e neste cazo o único criminozo seria o indigno Ministro, que commettendo o primeiro delicto de violar o segredo das cartas, não duvidou de abalançar-se ao segundo: Cartas familiares, não são vehiculo de injurias, não são nem podem ser nunca criminozas.

Leamos o que diz Mello Freire Inst. Jur. Crim. Luz. tit. 8.º § 19 nota Litteræ ad amicos missæ, quam vis non nullæ contineant, in alicujus notam, pro injuriis et infamantibus haberi non debent, cum non sint scriptæ animo injuriandi; quedam enim inter amicos et scribendi et inter se confabulandi certa libertas est, quam jura omnia concedunt. Dareau. Traté des Injures. Cap. 1. Suc. 2. p. 46. Code del' Humanité. tom. 8.º aumot injure pag. 37.

Sou chegado em fim, Snrs., depois de huma longa, e tedioza carreira ao fim d'ella; demonstrei 1.º a nullidade do Decreto, em que se originou o Processo; 2.º a insufficiencia do Corpo de delicto indirecto, e 3.º a não criminalidade de meus Clientes, contrastada mesmo pela nulla Devassa; Antolha-se-me, que

n'esta ardua discussão evitei com felicidade o cachopo, em que de ordinario vem a naufragar oradores atrevidos, e inexpertos; cuido que não duvidei de apresentar-vos todas as verdades, que fazião a bem de meos Constituintes, sem temer ferir a nimia susceptibilidade de huns, ou arripiar a orêlha fastidiosa de outros; porém ao mesmo tempo me conservei nas ráias do estreito decoro, que ao vosso Corpo he devido. Se todavia contra minha vontade deslizei-me, sois assás generosos para não imputardes nem a mim, nem a meos Clientes aquillo em que a vontade não teve parte. Nada vos resta, Snrs., avista do expellido, senão despedirdes em paz a meos Clientes, para que no seio de suas familias, longe das vagas de paixoens oppostas, gosem na mediocridade rural, e cultura das letras a que aspirão depois de tantas fadigas, d'aquelle ocio com dignidade, que lhe merecem os seos trabalhos pelo Brazil, e seo patriotismo indisputavel; e ahi no festim continuo que lhes prepara o testemunho de huma consciencia pura, e certa de sua valia, e rodeados, do amor de todo o Brasileiro verdadeiro, appresentem a idade actual, e a que se lhe seguir, hum alvo aonde trabalhem por chegar os futuros Patriotas. Isto espera de vós, Snrs., o Brazil, isto espera a Europa Constitucional, ante quem estais em espetaculo; em vossas mãos está vossa reputação presente, vossa nomeada futura.

Saturnino e Souza de Oliveira.

SENTENÇA

ACORDÃO EM RELAÇÃO &c.

V Istos estes autos, que na presença, e com o parecer do seu Prezidente se fizerão summarios nos Réos Martin Francisco Ribeiro de Andrada, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, José Estevão Grondona, Antonio de Menezes Vasconcellos Durmond, Joaquim Fidelis, e Gabriel de tal França todos ausentes, e dos quaes sómente compareceo em virtude da citação edital o primeiro, e segundo; em toda devassa junta, interrogatorios, defeza, e mais papeis apenços &c.

Mostra-se que verificando-se nos dias 10, 11, e 12 e nos anteriores do mez de Novembro de 1823 factos criminozos claramente demonstrativos de huma premeditada sedução, para insinuação da qual se servirão os seus auctores de diversos meios, já espalhando doutrinas sediciozas por meio de periodicos, em que se defendião principios subversivos da ordem publica; já desacatando a Sagrada Pessoa de S. M. O Imperador; humas vezes imputando ao Governo procedimentos sinistros; outras vezes espalhando, e fomentando o espirito de partido entre os subditos por motivos de naturalidade, e outras finalmente convocando pessoas armadas, que dentro, e fora da Assembléa sustentassem discursos e proposições desorganizadoras, o que se verificou nos sobreditos dias 10, 11, e 12 nos quaes con-

correndo homens armados ás Galarias privarão da livre deliberação os honrados Deputados da Assembléa; se mandou por Decreto de 24 do referido mez, e anno proceder a presente devassa, a fim de se indagar quaes os autores, e promotores de tão nefando delicto, e forão nella pronunciados os Réos, dos quaes se trata neste processo.

Quanto aos Réos Martin Francisco, e Antonio Carlos não se prova de maneira alguma da devassa que assistissem á inculcada conspiração, e sedição, e menos que fossem della auctores ou promotores os mesmos Réos, por quanto as testemunhas que sobre ella depõe em a fol. 99 v., fol. 104, fol. 110 v., fol. 116, fol. 120 v., fol. 127 v., e fol. 127, fol. 135, fol. 153 v., e fol. 156, jurão da publicidade é ouvida vaga; e he bem sabido, que em Juizô nenhum credito e fê merece hum tal juramento; e muito menos á face dos depoimentos das de fol. 106 v., e fol. 120 v.; não sendo dignas de attenção as que affirmão a sua existencia pela leitura dos Tamoyos, e ouvida das suas fallas na Assembléa Constituinte, quaes as de fol. 91 v., fol. 103 v., e fol. 123, porque pelas propozições ali enunciadas não são os ditos Réos responsaveis em Juizo algum, e pelas doutrinas espalhadas nos Periodicos, quando criminozas fossem, e ellés, os verdadeiros escriptores; o que se não prova a vista das variedades de depoimentos das testemunhas fol. 90, fol. 91 v., fol. 97, fol. 102 v., fol. 103 v., fol. 114, fol. 106, fol. 108, fol. 110 v., fol. 113 v., fol. 114 v., e fol. 120, somente o deverião ser no Juizo dos Jurados, unico competente para o conhecimento e punição dos crimes por este meio commetidos na conformidade da Lei de 2 de Outubro de 1823. Pelo que pertence porém as cartas appensas pelos mesmos Réos escriptas de Bour-

aux as pessoas de sua familia, e amizade neste Imperio, ainda que nella se encontram expressões menos recentes contra o Supremo Chefe da Nação proferidas, com tudo, como segundo a doutrina dos mais sabios Jurisconsultos taes expressões se não devão reputar injuriosas e difamatorias, por não conterem animo a fim de injuriar, o que se manifesta do fei-to de não serem as ditas cartas divulgadas, e publicadas pelos ditos Réos, como bem se prova do depoimento de testemunha fol. 206, claro fica, que por ellas não devem ser punidos, e castigados.

Quanto aos Réos Antonio de Menezes Vasconcellos Durmond; e Joze Estevão Grondona não se prova igualmente serem elles auctores, ou promotores da indicada sedição, porque esta se não prova como acima fica demonstrado; bem como não se prova, que em caza do primeiro se formassem clubs, pois que as poucas testemunhas fol. 127 v., fol. 131, e fol. 132 v., que attestão verem em sua dita caza frequentes ajuntamentos, não affirmão, que elles tendessem a fins illicitos, o que era indispensavel para se acreditar suspeitos e criminozos, porque o simples ajuntamento de pessoas amigas não se deve logo reputar illicito, e criminozo, antes honesto the que se prove o contrario; além de que as mesmas testemunhas fol. 127 v., e fol. 132 v., pouco ou nenhum credito merecem a vista da sua manifesta contradição na acareação apensa; mostrando-se unicamente contra estes dous Réos o serem os Redactores o primeiro do Thamoio, e o segundo da Sentinella da Praia Grande como bem se prova dos papeis do ultimo appenso, e depoimentos das testemunhas fol. 103 v., fol. 114 v., fol. 106 v., fol. 113, e fol. 120 v., por cujas doutrinas não são responsaveis perante este Juizo e sim pe-

rante o dos Jurados conforme a determinação do Decreto acima citado de 2 de Outubro de 1823, onde deve ser escanzinada a sua criminalidade, e punida e a respectiva pena.

Quanto ao Réo Joaquim Fidelis mostra-se pelos depoimentos das testemunhas da devassa a f. 193 v., f. 194 v., fol. 98 e fol. 99 v., ser acerrimo deffensor das doutrinas do Tamoio, e Sentinella, que negavão a S. M. o Imperador certas prerogativas, bem como se mostra do mesmo depoimento da testemunha fol. 93 v., que proferira na sua prozença a expressão seguinte — que fosse para a caza rezar pela saude de seo amo e que houvesse boa armonia, alias morreria de fome, ou comeria pés de burro — o que confirma a de fol. 94 v., refferindo-se a de fol. 147 v., por ouvir a de fol. 93 v., mas acrescentando — por que a caza de Bragança hia abaixo — e justamente a de fol. 147 v.; mas hé de notar, que havendo esta testemunha deposedo a fol. 99 v., e fallando no Réo não se lembrasse entrar de depor contra elle o que tinha ouvido a testemunha de fol. 93 v. A de fol. 98 referindo-se tambem a de fol. 93 v., jura haver o Réo dito que fosse para caza rezar e pedir a Deos pela caza de Bragança porque se esta fosse abaixo, como se esperava, teria elle de roer pés de burro — Estes dois depoimentos não conferem inteiramente com o da testemunha fol. 39 v., a que elles se referem, e por isso nenhum credito merecem; e consedendo-lhes ainda gratuitamente algum pezo, assim como tambem a de fol. 93 v., todavia huma tal expressão não se pode de maneira alguma caracterizar nem injuriosa nem sediciosa; não injuriosa, porque se não pode conhecer o tom em que ella foi proferida, e se com animo de liberado de injuriar; não sediciosa; porque não tem

ação a plano concertado de revolução e sedição; devendo antes incluir-se na classe das expressões temerarias de hum entusiasta abjecto; e que longe de merecerem indignação, e castigo, são dignos pelo contrario de hum absoluto desprezo segundo a Lei 7 §. 3.ª ad legem Jul Maggt. Sendo ao mesmo tempo sufficiente para punir esta temeridade e imprudencia a auzencia do Rio por mais de quatro annos de sua caza, privado dos meios de adquirir para sua subsistencia, sofrendo sustos, incomodos, e necessidades.

Quanto finalmente ao Réo Gabriel de tal França a face dos depoimentos das testemunhas fol. 109 v., fol. 150 v., fol. 151 v., e fol. 163 não se prova perfeitamente nem que fosse munido de punhal ás Galarias, em que com elle ameaçasse beber o Sangue de huns poucos de Brasileiros de adopção; o que ainda que provado estivesse, não seria bastante para tornar ao Réo delinquente de sedição por não serem aquelles factos indicativos de hum tão horrendo crime.

O que tudo visto, e o mais dos autos não se provando absolutamente a existencia da referida sedição, nem que fossem della autores, e promotores os Réos, e acrescendo a esta falta da prova a nullidade em que labóra todo o processo pela falta de corpo de delicto, e por haver sido organizado por hum Juiz não territorial, o que constitue em verdade (hum puro Juizo de comição prohibido pelo Decreto de vinte de Outubro de 1823, forçosa he sem duvida á absolvição dos mesmos Réos) por tanto absolvem todos os mencionados Réos e mandão que se lhe dê baixa na culpa e pague as custas ex cauzas. Rio 6 de Setembro de 1828. Como Presidente Motta — Pinto — Douctor Araujo Tavares — Furtado. — Souza — Vencido. — Freitas. —

2114

Barros

12 Vol

18.200 -

ENCADERNAÇÃO
E DOURAÇÃO
ERNANI MASUCCI & C.
RUA CONSOLAÇÃO 49
TEL. 4-5612 - S. PAULO

